

textos para
discussão
gemmaa

Efeitos das alterações do
PAAIS-Unicamp nos
vestibulares de 2016 e 2017

Anna Carolina Venturini
IESP-UERJ

João Feres Júnior
IESP-UERJ

16/

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>

gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadoras Associadas

Anna Carolina Venturini

Marcia Rangel Candido

Assistentes de pesquisa

Cleissa Regina de Oliveira Martins

Luna Sassara

Marcell Machado dos Santos

Natalia Leão Siqueira

Poema Eurístines

Raissa Rodrigues

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos

Marcia Rangel Candido



16/ textos para discussão gema

Efeitos das alterações do PAAIS-Unicamp nos vestibulares de 2016 e 2017¹

Anna Carolina Venturini Pesquisadora IESP-UERJ
João Feres Júnior Professor IESP-UERJ

Este texto é uma análise dos resultados do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da UNICAMP nos vestibulares para ingresso em 2016 e 2017, em comparação com seus anos imediatamente anteriores. O estudo busca analisar os resultados em relação aos objetivos principais do PAAIS: a inclusão de alunos pretos, pardos e oriundos da escola pública. Como os dados obtidos demonstram, o número de candidatos aprovados que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas aumentou de forma considerável em 2016 e 2017, e as proporções de alunos pretos e pardos também sofreram alterações significativas, mas ainda permanecem inferiores às proporções desses grupos na sociedade brasileira ou paulista. O aumento do número de alunos de escolas públicas e de alunos pretos, pardos e indígenas parece ser resultado das alterações das regras do PAAIS realizadas pela Unicamp no ano de 2015.

Introdução

De acordo com informações disponibilizadas pela Unicamp, em abril de 2013, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) propôs ao Conselho Universitário que a Unicamp atingisse o índice de 50% de estudantes ingressantes oriundos de escola pública, entre estudantes autodeclarados PPI em proporção igual à observada no Estado de São Paulo, segundo avaliado pelo IBGE (cerca de 35%). O Conselho

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Universitário aprovou a proposta estabelecendo que essas metas fossem atingidas até o vestibular de 2017².

Em razão disso, as regras do **Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS)** foram alteradas duas vezes³, sendo a última em 2015. De acordo com as regras válidas para o vestibular de 2016, para as provas da primeira fase, concede-se 60 pontos para estudantes do sistema público e mais 20 pontos para estudantes do sistema público autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPIs). Já na segunda fase, as bonificações passaram a ser de 90 pontos para egressos do ensino médio público e de 30 pontos para egressos de escolas públicas autodeclarados PPIs.

Em fevereiro de 2016, o reitor da UNICAMP, José Tadeu Jorge, anunciou publicamente que o PAAIS havia atingido no vestibular de 2016 as metas de inclusão previstas para serem alcançadas somente em 2017. Segundo o comunicado do reitor, 51,9% dos alunos aprovados no vestibular de 2016 são oriundos da escola pública, dos quais 43% se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (PPI). A mudança abrupta da eficácia do programa se deve certamente às alterações introduzidas no seu desenho para o vestibular de 2016.

Ademais, em 30 de maio de 2016, a Unicamp aprovou a adoção do sistema de cotas étnico-raciais para ingresso nos cursos de graduação a partir de 2019. De acordo com a universidade⁴, a decisão tem como objetivo ampliar a presença de alunos pretos e pardos ou indígenas, sendo a meta inicial chegar a uma participação de 37,5% de alunos não brancos.

O presente estudo discute a inclusão racial e social proporcionada pelo Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da UNICAMP no vestibular de 2016 em comparação com os anos imediatamente anteriores. O objetivo é analisar se e em que medida as desigualdades sociais e de raça estão ainda presentes no

² <http://www.prg.unicamp.br/index.php/news/277-unicamp-atinge-metas-de-inclusao-com-um-ano-de-antecedencia>.

³ A primeira alteração se deu no vestibular para ingresso em 2014, no qual o bônus para estudantes de escola pública passou de 30 pontos para 60 pontos e a bonificação para pretos, pardos e indígenas de 10 pontos para 20 pontos.

⁴ <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/06/01/unicamp-adota-cotas-para-aumentar-numero-de-alunos-negros-na-graduacao>.

vestibular para ingresso nos cursos de graduação da UNICAMP após as alterações nas regras do programa a partir de 2016.

Faremos uma análise descritiva dos dados estatísticos divulgados pela UNICAMP com base nas respostas ao Questionário Socioeconômico preenchido pelos inscritos e matriculados no vestibular para ingresso nos cursos de graduação. Utilizamos como fonte os dados que a Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST) divulga em seu website (<http://comvest.unicamp.br>).

Critérios

Como mencionado no Texto para Discussão GEMAA n° 11 – Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP⁵, de acordo com a Deliberação CONSU-A-012/2004, de 25 de maio de 2004, o PAAIS tem por objetivo estimular o ingresso de estudantes da rede pública e promover a diversidade étnica e cultural no corpo discente da UNICAMP.

De acordo com as regras do programa válidas até o vestibular para ingresso no ano de 2015, poderiam optar pelo PAAIS estudantes que **cursaram integralmente o ensino médio em escolas da rede pública** municipal, estadual ou federal ou cursaram supletivo presencial (educação de jovens e adultos) na rede pública. Esse grupo de estudantes recebia automaticamente pontos a mais na nota final do vestibular⁶, ou seja, os pontos eram adicionados ao resultado da segunda fase. Nos vestibulares de 2005 a 2013, os candidatos recebiam 30 pontos adicionais, enquanto nos vestibulares de 2014 e 2015 o bônus era de 60 pontos.

Além disso, também poderiam optar pelo PAAIS os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tivessem cursado ensino médio em escola pública, os quais tinham, mais 10 pontos (de 2005 a 2013) ou 20 pontos (em 2014 e 2015) acrescidos à nota final.

Segundo as regras do programa válidas a partir do vestibular de 2016 e 2017, os candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas receberão automaticamente 60 pontos adicionados às notas da primeira

⁵ <http://gemaa.iesp.uerj.br/publicacoes/textos-para-discussao/onze-anos-da-acao-afirmativa-sem-cota-da-unicamp.html>.

fase do vestibular, sendo que os candidatos desse grupo que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas receberão mais 20 pontos. A bonificação aplicada à primeira fase (60 pontos ou 60 + 20 pontos) será usada para o fim de classificação e aprovação dos candidatos para a segunda fase.

Além disso, os candidatos aprovados para a segunda fase e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública receberão 90 pontos adicionais na prova de redação e 90 pontos adicionais nas provas dissertativas. Já os candidatos desse grupo que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas receberão na segunda fase os 90 pontos mencionados acima e mais 30 pontos.

Assim, a partir do vestibular para ingresso no ano de 2016, o bônus passou a ser aplicado em ambas as fases do vestibular e não apenas na segunda fase como ocorria até o vestibular de 2015.

É importante ressaltar que, em 02 de agosto de 2016, o Conselho Universitário aprovou a Deliberação CONSU-A-015/2016, a qual alterou o artigo 1º e incluiu um novo artigo 2º na Deliberação CONSU-A-012/2004. Vejamos:

“Artigo 1º -
.....
§ 1º - O candidato que tiver concluído o Ensino Médio pelo ENEM poderá se beneficiar das pontuações adicionais e cálculo da NPO indicadas nos incisos I, II e III deste artigo, desde que preencha uma das seguintes condições:
I – comprovar ter cursado os últimos anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) integralmente em escola pública e declarar não ter cursado nenhum dos anos do Ensino Médio regular;
II – declarar não ter cursado o período realizado no Ensino Médio em escola privada.
.....
...”
Artigo 2º - Não poderão se beneficiar do PAAIS candidatos que, embora atendam aos critérios de inclusão, já tenham concluído curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior – IES públicas brasileiras (municipais, estaduais ou federais) tendo, assim, já recebido financiamento estatal para inclusão social.”

No que se refere à inclusão do artigo 2º e a restrição dos benefícios do PAAIS, entende-se que tal alteração tenha por objetivo permitir que o programa beneficie apenas alunos que tentam ingressar em seu primeiro curso de graduação.

Resultados

1) Matrículas de Estudantes de Escolas Pública em toda a UNICAMP

O principal critério adotado pelo PAAIS para concessão do bônus é a conclusão do ensino médio integralmente em escola da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal). Em 2016, o número absoluto de matriculados que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas e escolas particulares ficou bastante próximo, enquanto em 2017, o número de matriculados egressos de escolas públicas foi superior ao de escolas privadas, algo inédito nos últimos 17 anos.

Quadro 1

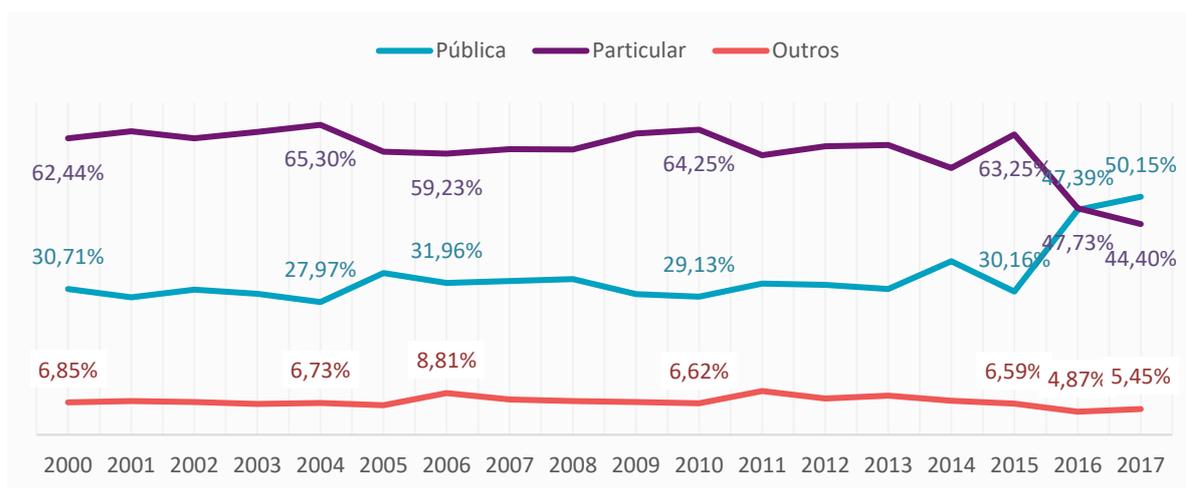
Número de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas e se matricularam na UNICAMP nos anos de 2015 a 2017.

	Pública	Particular	Outros	Total
2015	997	2.091	218	3.306
2016	1.537	1.548	158	3.243
2017	1.629	1.442	177	3.248

Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Se analisarmos uma série temporal mais longa, agora com proporções ao invés de números absolutos, podemos perceber uma forte reversão do padrão anterior de distribuição de vagas entre alunos oriundos do ensino público ou privado.

Gráfico 1 | Série temporal de alunos matriculados no período de 2000 a 2017 segundo o critério de origem do ensino médio.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Portanto, de fato a meta de 50% estabelecida pelo Conselho Universitário, e mencionada na entrevista dada pelo reitor, foi alcançada – o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas atingiu 50,15%. É importante continuar o acompanhamento dos resultados, contudo, para verificar se não se trata de um fenômeno transiente seguido e uma baixa no patamar alcançado.

2) Critério racial – Todos os matriculados

Houve uma diminuição do percentual de brancos aprovados nos vestibulares de 2016 e 2017 em comparação aos últimos anos (de 74,44% em 2015, para 68,58% em 2016 e 69,86% em 2017), sendo esses os primeiros anos em que os percentuais ficam abaixo de 70%. Ademais, houve um aumento relevante dos percentuais de pretos (de 2,30% em 2015 para 3,98% em 2016 e 4,22% em 2017) e pardos (de 13,16% em 2015 para 18,19% em 2016), sendo a primeira vez que a proporção de pretos fica acima dos 4% e de pardos se mantém acima de 17%. O percentual de indígenas não sofreu alterações significativas em relação aos últimos anos e manteve-se próximo à média de 0,30%.

Quadro 2 | Percentuais de alunos matriculados no período de 2005 a 2017 segundo a cor.

TOTAL DE MATRICULADOS						
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
2005	73,91%	1,84%	13,26%	7,48%	0,57%	2,94%
2006	75,40%	1,88%	12,40%	6,43%	0,43%	3,46%
2007	75,20%	2,16%	13,04%	6,27%	0,13%	3,20%
2008	75,53%	2,08%	12,10%	5,87%	0,43%	3,99%
2009	75,55%	2,63%	12,87%	5,57%	0,34%	3,05%
2010	77,55%	2,09%	11,43%	5,88%	0,31%	2,74%
2011	77,48%	2,78%	11,44%	5,17%	0,36%	2,78%
2012	76,70%	2,84%	12,30%	5,54%	0,20%	2,42%
2013	76,97%	2,47%	10,41%	5,29%	0,28%	4,58%
2014	72,80%	3,77%	13,85%	4,83%	0,20%	4,55%
2015	74,44%	2,30%	13,16%	5,41%	0,21%	4,48%
2016	68,58%	3,98%	18,19%	4,96%	0,22%	4,07%
2017	69,86%	4,22%	17,58%	4,50%	0,22%	3,63%

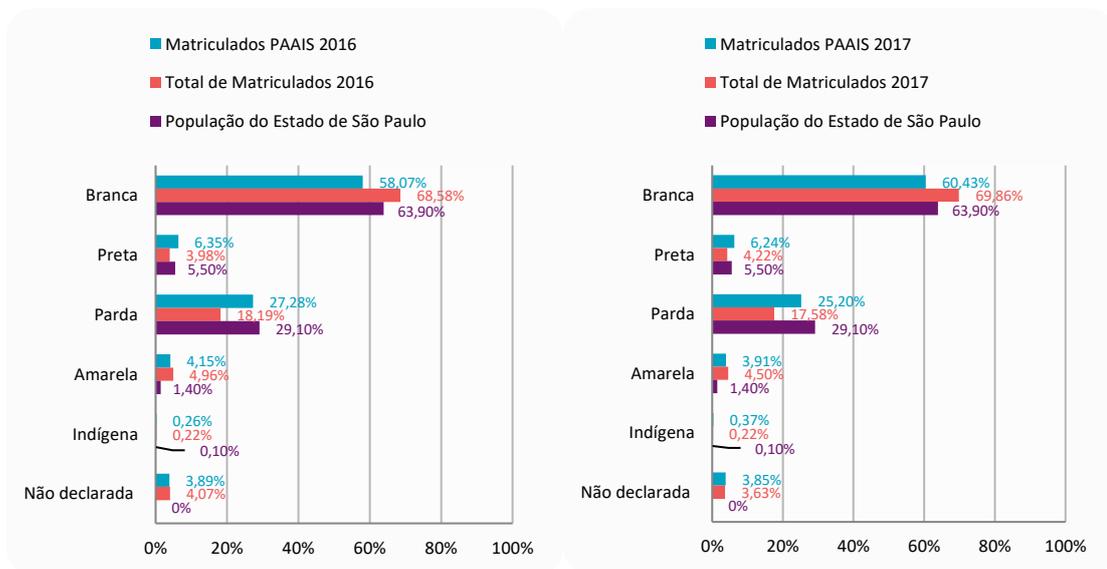
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

De acordo com informações disponibilizadas pela Unicamp, o Conselho Universitário estabeleceu que a universidade deveria atingir o índice de 50% de estudantes ingressantes oriundos de escola pública, dentre os quais estudantes autodeclarados PPI em proporção à observada no Estado de São Paulo, que segundo os dados do Censo de 2010 do IBGE é de 34,6% da população: 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas.

Se analisarmos os percentuais de alunos ingressantes em 2016 e 2017, nota-se que os percentuais de pretos (3,98% e 4,22%) e pardos (18,19% e 17,58%) totalizam 22,17% e 21,8%, respectivamente, isto é, ainda permanecem bem inferiores aos percentuais do desse grupo no estado de São Paulo (34,6%). Apenas o percentual de alunos indígenas (0,22%), cuja média nos últimos 13 anos é de 0,30%, foi superior ao percentual desse grupo na população do estado. Portanto, apesar da Unicamp ter atingido a meta estabelecida para os ingressantes de escolas públicas, as novas regras ainda não foram suficientes para a meta dos alunos

pretos e pardos que é a de ter estudantes desse grupo em proporção igual à observada no Estado de São Paulo (35%).

Gráfico 2 Percentual de alunos matriculados em 2016 e 2017 (total e que optaram pelo PAAIS) segundo cor em comparação com a população do Estado de São Paulo.

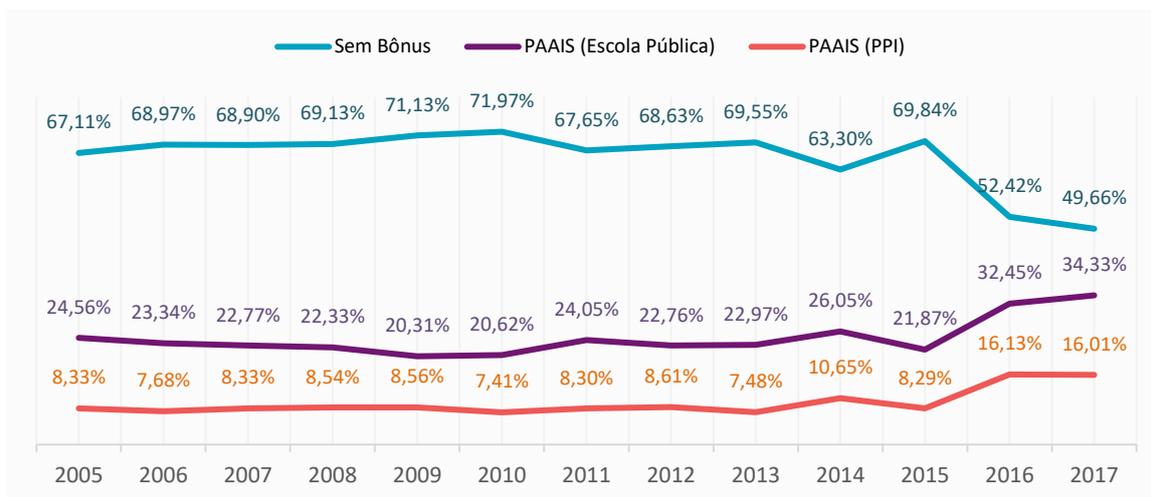


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

3) Alunos matriculados que foram beneficiados pelo PAAIS

A princípio, a alteração dos valores dos bônus teve um impacto no percentual de alunos matriculados em 2016 e 2017 que optaram pelo PAAIS. Em comparação ao ano imediatamente anterior, em 2016 houve um aumento de mais de 10% PAAIS (Escola Pública) e o percentual de alunos optantes pelo PAAIS-PPI praticamente duplicou. Em 2016, quase metade dos alunos matriculados (48,58%) optou pelo PAAIS (EP e PPI), enquanto em 2017 esse percentual chegou a 50,34%.

Gráfico 3 Série temporal de alunos matriculados na UNICAMP no período de 2005-2017 segundo opção ou não pelo PAAIS.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Nesse intervalo de dois anos (2015-2017), como o gráfico acima mostra, houve um crescimento total de matriculados oriundos do PAAIS, crescimento esse que se deu de maneira diferencial ao longo das categorias raciais, como podemos ver abaixo:

Quadro 3 Número de alunos matriculados nos anos de 2015 e 2016 segundo a cor.

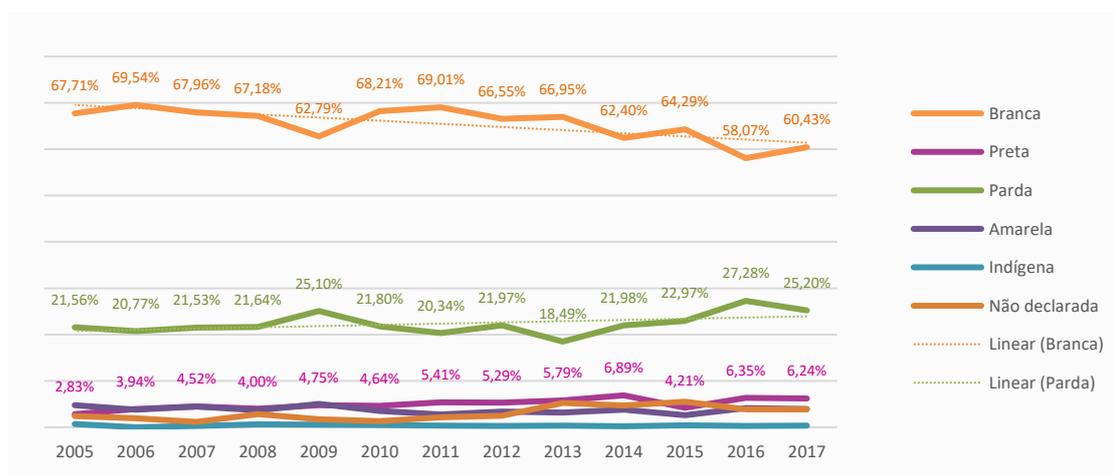
Matriculados						
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
2015	641	42	229	26	4	55
2016	896	98	421	64	4	60
2017	988	102	412	64	6	63

Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Enquanto o número total cresceu 64%, brancos aumentaram 54% sua participação, pretos 143% e pardos 80%. O percentual de brancos foi o menor

desde 2005 e, pela primeira vez, ficou abaixo de 60%. Todavia, em 2017 a proporção de alunos brancos beneficiados pelo PAAIS voltou a subir e alcançou 60,43%, mas mantendo-se inferior à média. Em 2016 o percentual de pardos (27,28%) também foi o maior desde 2005, sofrendo leve queda em 2017 (25,20%), mas ainda se mantendo acima da média dos últimos 13 anos (22,36%). A proporção de pretos em 2016 e 2017 também se manteve acima dos 6% e acima da média histórica (4,99%).

Gráfico 4 | Série temporal da proporção de alunos matriculados e beneficiados pelo PAAIS no período de 2005 a 2017, segundo a cor.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

4) Resultados em diversos cursos

De acordo com dados divulgados pela COMVEST⁷, as cinco carreiras mais concorridas no Vestibular Unicamp 2016 foram: Medicina (220 candidatos por vaga), Arquitetura e Urbanismo (111 c/v), Comunicação Social-Midialogia (50 c/v) e Engenharia Civil (45 c/v). Dentre as carreiras com concorrência na

⁷ <http://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/vestibulares/vestibulares-antiores/estatisticas-do-vestibular-2016-3/relacao-candidatos-vaga-na-2a-fase-e-notas-de-corte/>. Apesar do curso de Tecnologia em Controle Ambiental – Integral ter tido a menor concorrência em 2016 (7,8 c/v), o mesmo não foi incluído na análise dada a modificação do curso no vestibular 2017 e o baixo número de matriculados, o que impossibilitou a coleta de dados estatísticos.

próxima da relação candidato-vaga média⁸ de todos os cursos, destacamos: Ciências Econômicas – Integral (25,6 c/v), Odontologia (25,9 c/v) e Farmácia (25,7 c/v). Por fim, dentre os cursos menos concorridos da Unicamp, destacamos: Administração (9,7 c/v), Estatística (7,5 c/v) e Pedagogia – Integral (5,9 c/v)⁹. A seguir serão analisamos os dados relativos ao ingresso de alunos de escolas públicas e pretos, pardos e indígenas nos diversos cursos.

Matriculados em Medicina optantes pelo PAAIS

As mudanças nas regras do PAAIS parecem ter surtido um efeito positivo no curso de Medicina, o curso mais concorrido da Unicamp.

Quadro 4 | Número de alunos matriculados em Medicina no período de 2005 a 2015 segundo opção ou não pelo PAAIS.

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Sem Bônus	35	93	75	95	97	94	97	103	89	90	93	77
PAAIS (Escola Pública)	44	12	30	12	12	12	10	5	13	17	15	22
PAAIS (PPI)	31	5	6	3	1	4	3	2	8	3	2	11
Total	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

O percentual de alunos matriculados e optantes pelo PAAIS (Escola Pública) no curso de Medicina subiu de 10,91% em 2015 para 40% e 79,1%, em 2016 e 2017, respectivamente. O percentual de alunos beneficiados pelo PAAIS-PPI aumentou de 4,55% para 28,18% em 2016¹⁰. Pela primeira vez desde 2005, o número de alunos matriculados optantes pelo PAAIS (68,18% em 2016 e 79,1% em 2017) foi

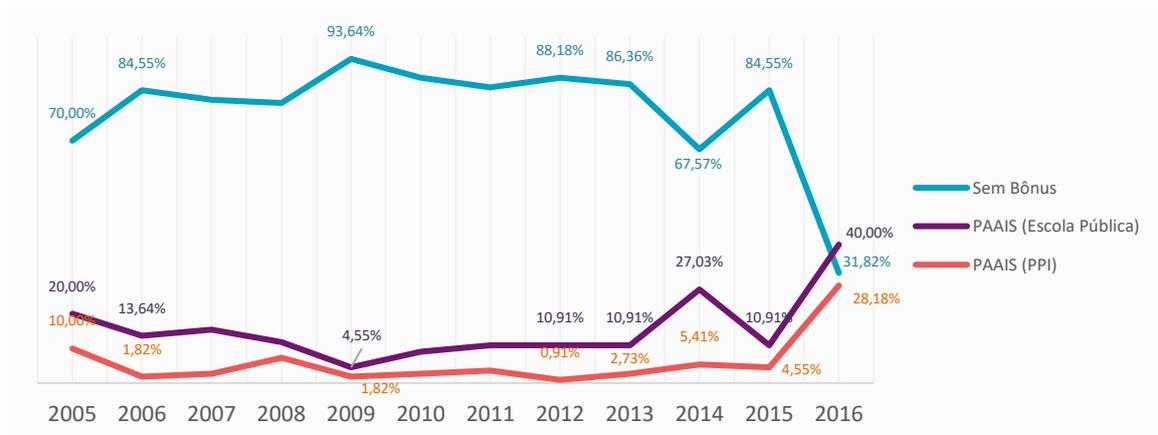
⁸ Segundo a “Relação candidatos-vaga” divulgada pela Unicamp, a média entre todos os cursos era de 23,4 candidatos por vaga. <http://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/vestibulares/vestibulares-antecedentes/estatisticas-do-vestibular-2016-3/relacao-candidatos-vaga-na-2a-fase-e-notas-de-corte/>.

⁹ Apesar de alguns cursos na área de Música da Unicamp possuírem baixa relação de candidatos por vaga, esses cursos não foram selecionados, pois exigem a realização de provas práticas específicas.

¹⁰ Não foi possível verificar os dados de beneficiados PAAIS (PPI) no curso de Medicina em 2017, dado que essa informação não consta no site da COMVEST.

superior ao número de matriculados que não receberam bônus (31,82% em 2016 e 20,9% em 2017).

Gráfico 5 | Série temporal da proporção de alunos matriculados no curso de Medicina no período de 2005 a 2016, segundo opção pelo PAAIS.



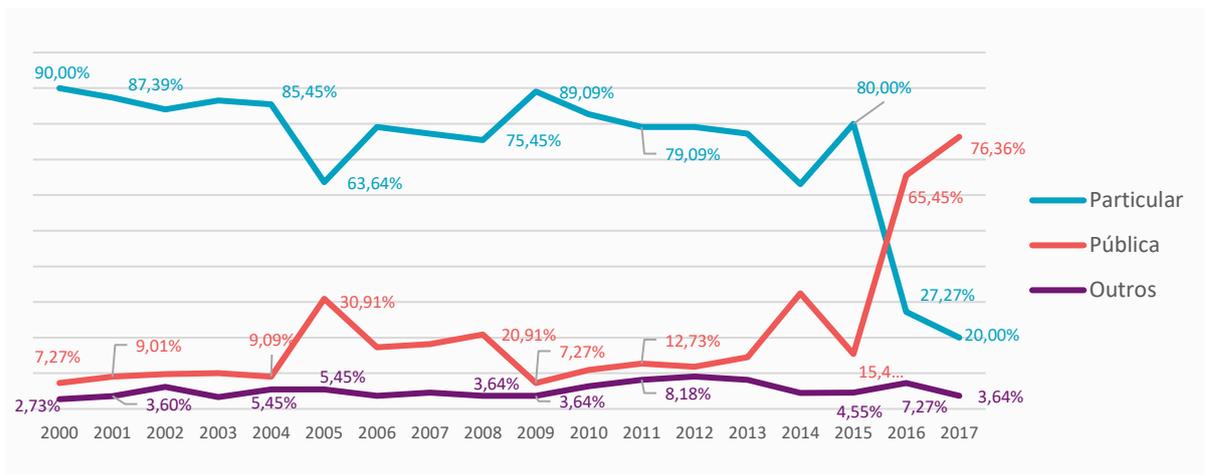
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Como podemos observar no gráfico acima, a queda das altíssimas proporções de brancos, que vinham mantendo ao longo de toda a série, até 2015, e o aumento significativo das proporções de pardos e pretos, só ocorreram em 2016, o que indica um efeito da mudança de regras.

Matriculados Egressos de Escola Pública

Se analisarmos apenas os percentuais de estudantes egressos de escola pública, veremos que em 2016 houve uma inversão dos matriculados no curso de Medicina, a qual se manteve em 2017. Em ambos os anos, mais da metade dos alunos matriculados declarou ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública -- 65,45% em 2016 e 76,36% em 2017 --, enquanto os que cursaram o ensino médio apenas em escolas particulares representam 27,27% e 20%, respectivamente.

Gráfico 6 | Série temporal da proporção de alunos matriculados no curso de Medicina no período de 2005 a 2017, segundo origem no ensino médio.

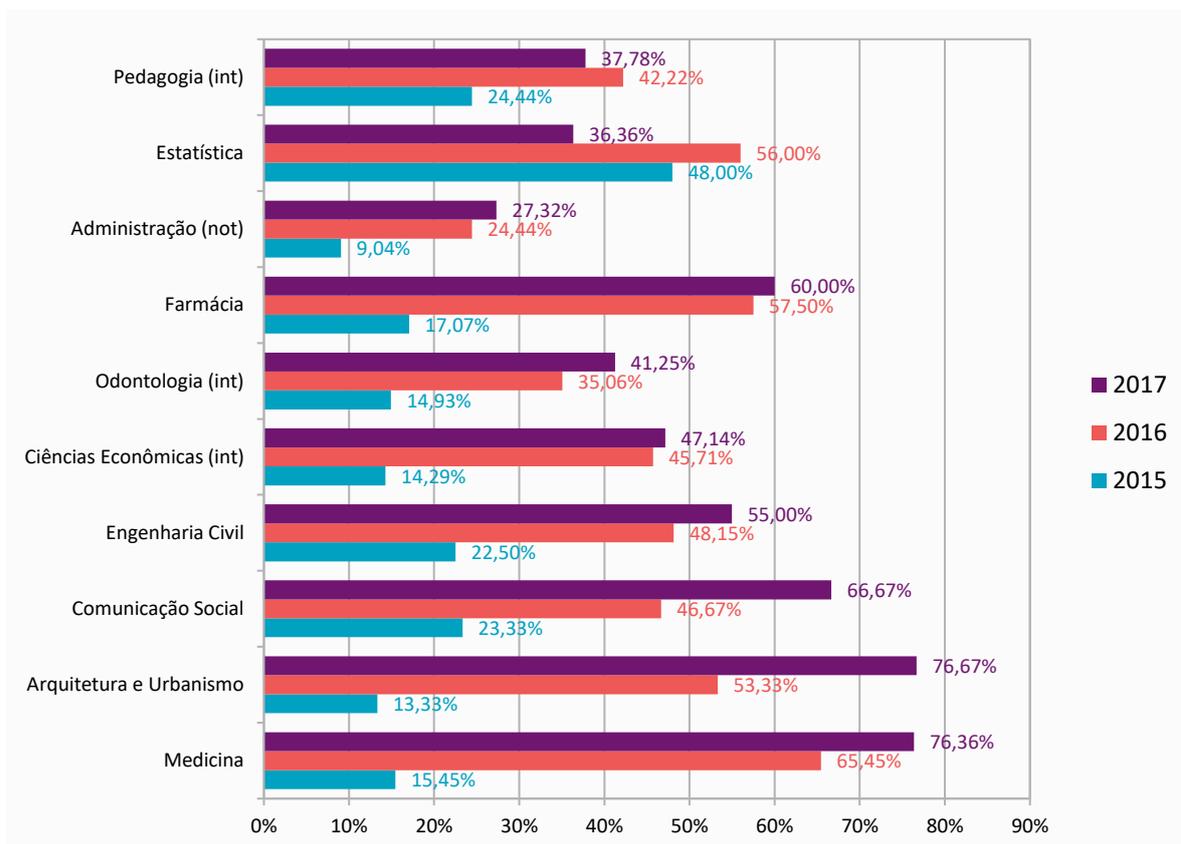


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Mais uma vez, há uma forte discontinuidade das tendências em 2016, outra evidência que aponta para a mudança de critérios como causa provável.

Se analisarmos os dados relativos a escola em que o aluno concluiu o ensino médio, podemos notar que em todos os dez cursos selecionados houve um incremento do percentual de alunos que concluíram o ensino médio integralmente em escolas da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal), com exceção do curso de Tecnologia em Controle Ambiental, no qual houve uma leve redução. Portanto, é possível concluir com bom grau de certeza que as novas regras do PAAIS aplicadas ao vestibular de 2016 surtiram um efeito positivo no ingresso de alunos de escolas públicas na Unicamp.

Gráfico 7 | Proporção de alunos matriculados que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, segundo curso, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

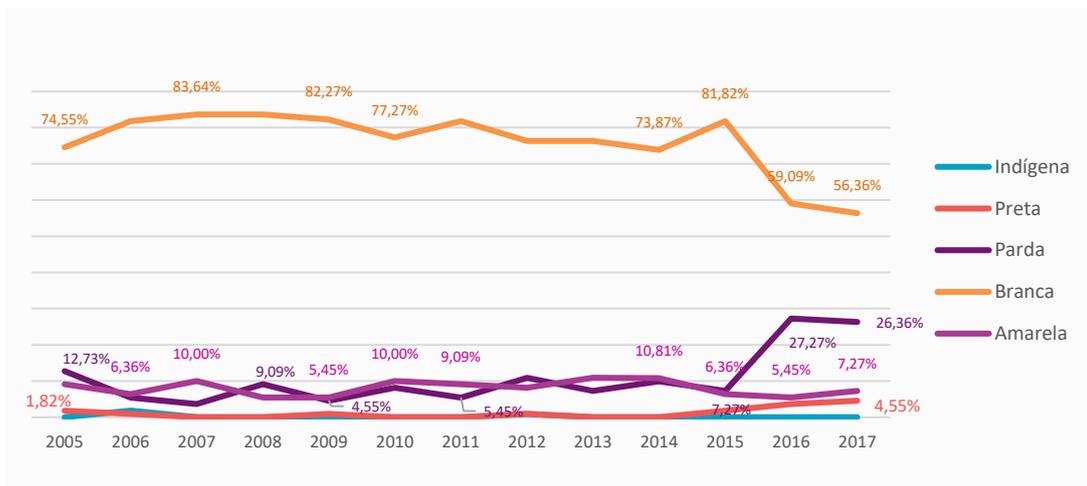


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Matriculados – critério racial

No aspecto racial, em comparação aos anos anteriores e à média dos últimos 13 anos (76,07%), houve uma grande redução do percentual de alunos brancos matriculados no curso de Medicina - de 81,82% em 2015 para 59,09% e 56,36, em 2016 e 2017, respectivamente. Nota-se também um aumento considerável de alunos pardos em relação a 2015 (7,27%) e à média dos últimos 13 anos (10,62%), visto que em 2016 e 2017 a proporção chegou a 27,27% e 26,36%, respectivamente. Em 2016 o percentual de alunos pretos dobrou em relação ao ano imediatamente anterior (de 1,82% para 3,64%) e em 2017 alcançou 4,55%, superando consideravelmente a média de 1,12% dos últimos 13 anos.

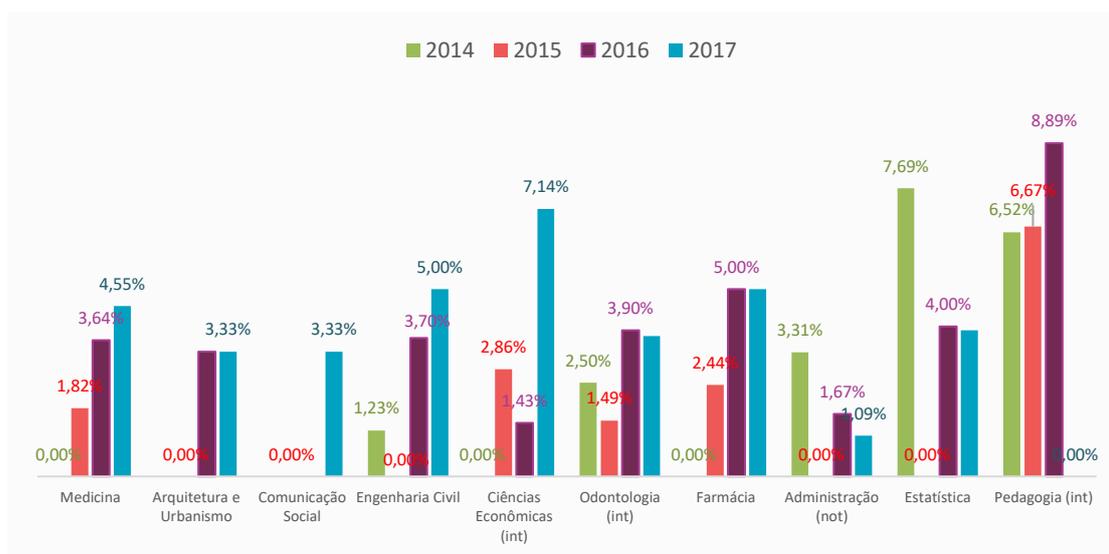
Gráfico 8 | Série temporal de alunos matriculados no curso de Medicina por ano (2005-2017) segundo a cor.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Se analisarmos o ingresso dos diversos grupos raciais nos cursos, nota-se que o aumento ocorreu consistentemente em quase todas os eles, com exceção da Administração. Medicina, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Odontologia, Farmácia, Estatística, todos estes cursos experimentaram o aumento de ingresso de estudantes pretos, com intensidades diversas. No curso de Pedagogia verifica-se um aumento no ano de 2016, mas uma queda para zero em 2017. É importante notar que em um dos cursos mais concorridos da Unicamp, o curso de Comunicação Social – Midialogia, nenhum matriculado se declarou preto em 3 vestibulares, situação que apenas se modificou no vestibular de 2017 (1 aluno preto matriculado).

Gráfico 9 | Proporção de alunos matriculados declarados pretos em vários cursos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

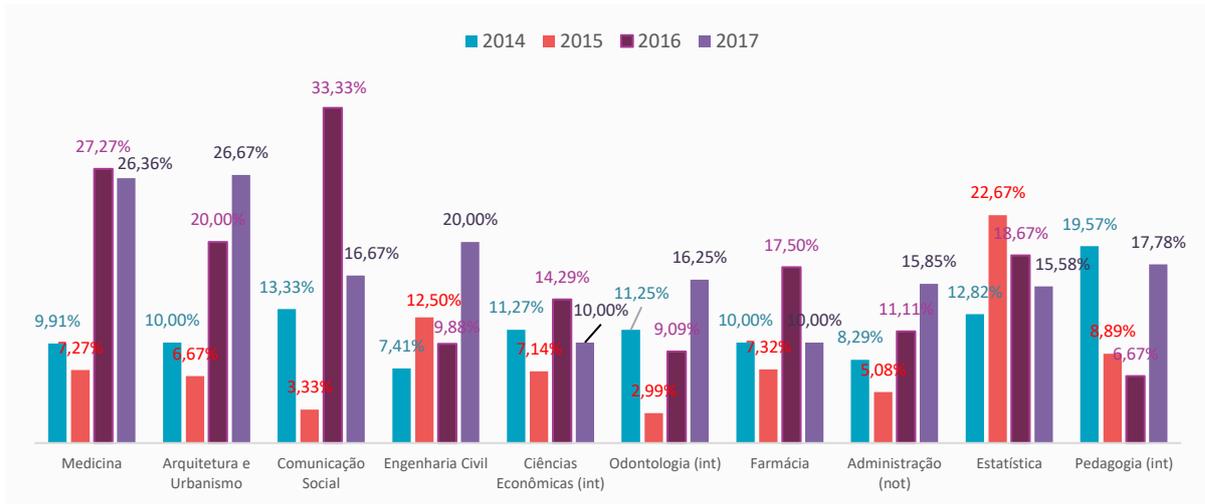


Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

De modo similar, no grupo de alunos autodeclarados pardos nota-se um aumento de matriculados em todos os cursos, com exceção de um, neste caso a Estatística no qual houve seguidas quedas no percentual em 2016 e 2017. Nos cursos de Comunicação Social, Farmácia e Ciência Econômicas ocorreram aumentos significativos em 2016, mas esse aumento foi acompanhado de uma queda no vestibular de 2017.

É importante destacar que nos cursos mais concorridos, o aumento de matriculados pardos foi bastante substancial se comparados ao ano de 2015: de 6,67% para 20% (2016) e 26,67% (2017) no curso de Arquitetura e Urbanismo e de 7,27% para 27,27% (2016) e 26,36% (2017) em Medicina.

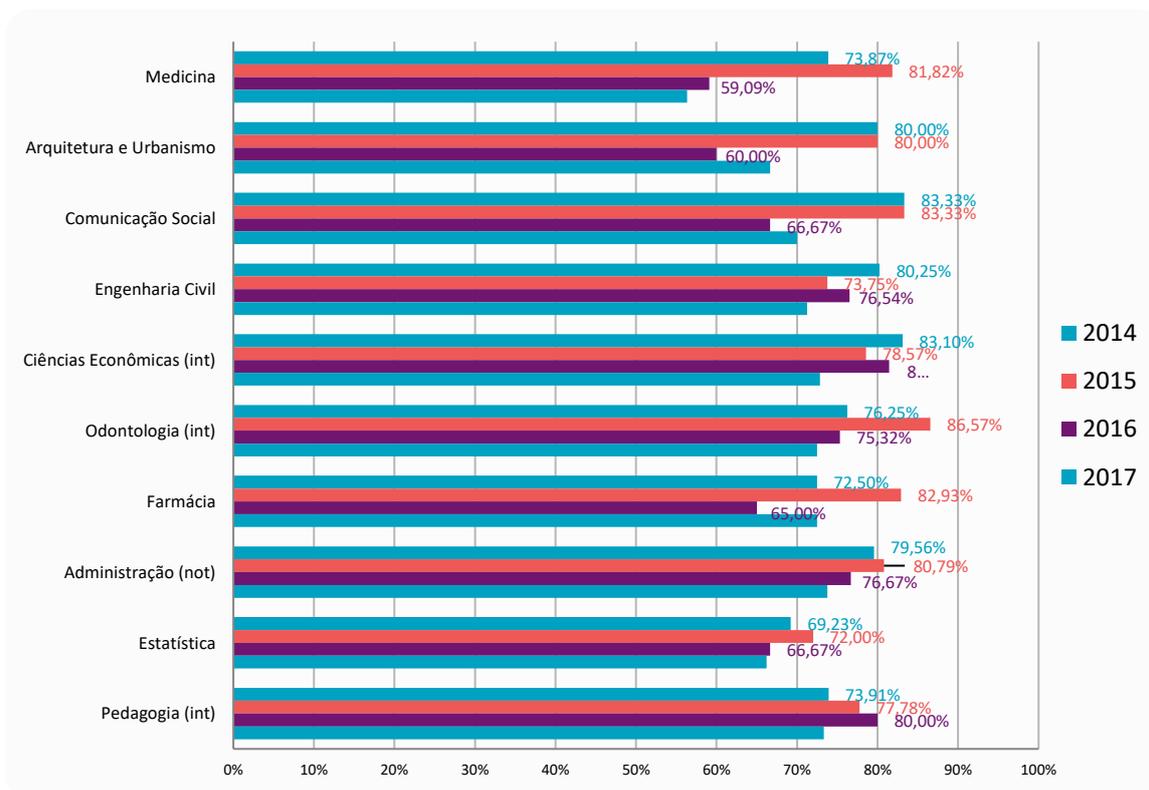
Gráfico 10 | Proporção de alunos matriculados declarados pardos em vários cursos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Por fim, verificamos que houve queda na participação dos brancos. Essa tendência de queda é reforçada pelo cálculo da média da presença brancos, que em 2017 ficou em 69,55% nos 10 cursos analisados, frente a uma média de 74,31% nos últimos 4 anos.

Gráfico 11 Proporção de alunos matriculados declarados brancos em vários cursos de 2014-2017.



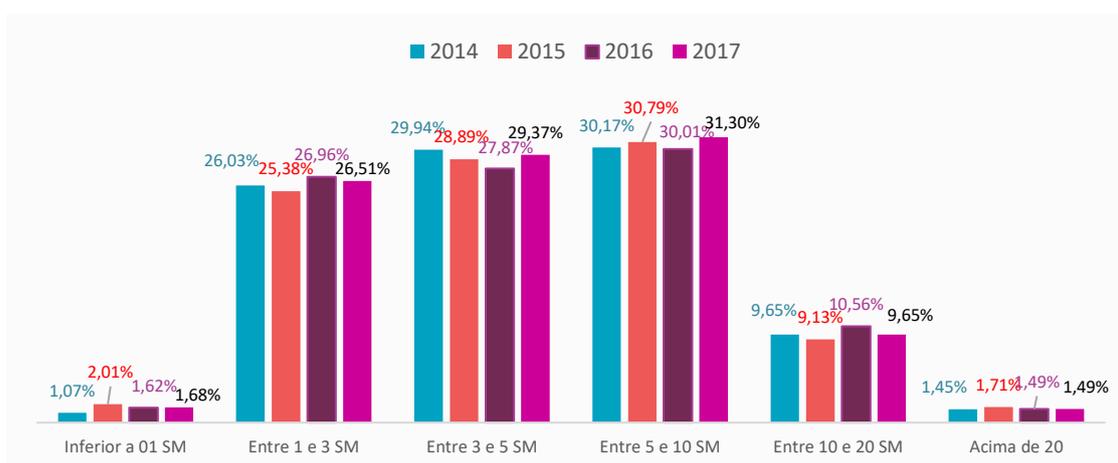
Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Vale destacar que em todos os dez cursos analisados, apenas 1 pessoa autodeclarada indígena se matriculou (Pedagogia, 2017) nos últimos quatro vestibulares (2014, 2015, 2016 e 2017).

5) Renda Familiar – Beneficiados pelo PAAIS

No gráfico abaixo temos o cruzamento entre a proporção de matriculados por faixas de renda dos pais do aluno. É importante incluir a variável renda na análise para termos uma perspectiva do real potencial inclusivo da política, para além da representação racial.

Gráfico 12 Número de alunos matriculados e optantes pelo PAAIS nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 segundo a renda familiar.



Fonte: GEMAA, a partir de dados da COMVEST.

Assim como demonstramos no estudo anterior (Texto para Discussão GEMAA n° 11 – Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP)¹¹, o PAAIS tem uma capacidade limitada de promover inclusão no critério renda. O maior grupo de matriculados está na faixa de 5 a 10 salários mínimos, que é uma renda de classe média. O fato de que mais de 11% (soma das duas faixas de melhor renda) dos matriculados optantes do PAAIS advém da classe média alta certamente é algo que deve ser estudado em mais detalhe, a fim de que o programa não permita uma significativa reprodução do privilégio econômico já desfrutado por essa classe.

Considerações Finais

A presente pesquisa se propôs a analisar a inclusão social e racial promovida pelo PAAIS no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da UNICAMP nos anos de 2016 e 2017, em comparação aos anos anteriores. O objetivo desse desenho de pesquisa foi capturar os resultados da mudança dos critérios para concessão dos benefícios para alunos de escolas públicas feita a partir de 2016.

¹¹ <http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/04/TpD11.pdf>.

Com base nos dados analisados, é possível notar que, pela primeira vez nos últimos 17 anos, o percentual de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas (50,15%) passou da metade do total de matriculados em 2017, enquanto o percentual de alunos de escolas particulares ficou em 44,40%, no mesmo ano. Assim, a universidade alcançou a meta de 50% estabelecida pelo Conselho Universitário e mencionada na entrevista dada pelo reitor.

As mudanças nas regras do PAAIS parecem ter surtido um efeito positivo inclusive nos cursos mais concorridos da UNICAMP, entre eles Medicina, o mais concorrido de todos. Pela primeira vez desde 2005, o número de alunos matriculados que declararam ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública foi superior ao de alunos de escolas particulares (65,45% e 27,27%, respectivamente). Isso ocorreu em 2016, primeiro ano de vigência das novas regras. No ano seguinte a inclusão aumentou ainda mais, foram 76,36% oriundos da educação pública para 20% da particular. Ademais, em todos os dez cursos analisados houve um incremento do percentual de alunos que concluíram o ensino médio integralmente em escolas da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal), com exceção dos cursos de Estatística e Pedagogia, nos quais houve uma leve redução. Portanto, é possível concluir que as novas regras do PAAIS aplicáveis ao vestibular de 2016 e 2017 surtiram um efeito positivo no ingresso de alunos de escolas públicas na Unicamp.

No que toca o aspecto racial, em comparação ao vestibular de 2015, houve uma diminuição do percentual de brancos e um aumento dos percentuais de pretos (de 2,30% para 3,98% em 2016 e 4,22% em 2017) e pardos (de 13,16% para 18,19% em 2016 e 17,58% em 2017). Pela primeira vez que esse percentual superou a média do período de 2005 a 2017 (13,23%) em dois anos consecutivos.

A despeito da maior inclusão produzida pelas novas regras, a proporção de pretos e pardos ainda é inferior a sua proporção na população de São Paulo, estado onde se localiza a UNICAMP. Apenas o percentual de alunos indígenas (0,22%) foi superior ao percentual desse grupo na população do estado. Portanto, apesar de a Unicamp ter alcançado a meta estabelecida para os ingressantes de escolas públicas, ainda não foi possível alcançar a meta dos alunos pretos e pardos

(participação em proporção igual à observada na população do Estado de São Paulo - 35%) mesmo com a modificação das regras.

Conforme mencionado no estudo anterior (Texto para Discussão GEMAA n° 11 – Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP), um dos problemas do programa da UNICAMP é que ele não adota critério de renda para selecionar os estudantes da rede pública de ensino beneficiados com o bônus. A não utilização desse critério permite que alunos com alta renda familiar sejam beneficiados pelo PAAIS, contribuindo para a manutenção de alta proporção de alunos de renda média e alta na universidade.

Em suma, o redesenho do PAAIS surtiu efeitos positivos nos vestibulares para ingresso nos anos de 2016 e 2017, tanto na inclusão de alunos de escolas públicas, quanto no ingresso de alunos pretos e pardos, ainda que essa ainda não é completamente satisfatória. Depois de um longo debate interno, a UNICAMP decidiu, por meio de deliberação de seu Conselho Universitário, aprovar um sistema de cotas para alunos pretos, pardos e indígenas, a partir do vestibular de 2019. Será uma excelente oportunidade para compararmos os resultados dos dois tipos de programas (bônus e cotas) no que toca a promoção da inclusão no ensino superior.

Referências

- IBGE. *Censo demográfico da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2010.
<Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> >
- UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-015/2016 de 02 de agosto de 2016*.
<Disponível em: [http://](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=4979)
http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=4979>
- UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-012/2004 de 25 de maio de 2004*.
<Disponível em:
http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=2786>
- UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-004/2015, de 26 de maio de 2015*.
<Disponível em:
http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=3808>
- UNICAMP/COMVEST. *Estatísticas dos vestibulares*. <Disponível em:
<https://www.comvest.unicamp.br/estatisticas/numeros.html>>
- VENTURINI, Anna Carolina & FERES JÚNIOR, João. Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP. *Textos para discussão GEMAA*, n. 11, 2016, pp. 1-24. <Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/04/TpD11.pdf>>

9 de fevereiro de 2018.

Como citar

VENTURINI, Anna Carolina e FERES JÚNIOR, João. Efeitos das alterações do PAAIS-Unicamp nos vestibulares de 2016 e 2017. *Textos para discussão GEMAA*, n. 16, 2018, p. 1-23.